

Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974)

The secrets and myths about the Araguaia Guerrilla War (1972-1974)

Janaína de Almeida Teles¹

janateles@uol.com.br

Resumo: Nesse texto, consideramos a Guerrilha do Araguaia a partir de uma perspectiva mitológica, permitindo-nos uma compreensão mais ampla da guerrilha e seu legado simbólico. A origem de representações imaginárias compiladas em entrevistas com participantes do movimento e camponeses relaciona-se profundamente com a maneira como a guerrilha foi gestada e combatida e com o silêncio que a ela se seguiu. Este contexto favoreceu a propagação dos mitos guerrilheiros até a atualidade. Ao resgatar esses mitos, propomos nova interpretação da guerrilha e seu universo simbólico, forjado na relação com a população local e a partir da disseminação da violência repressiva.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia, luta armada, ditadura militar, desaparecidos políticos, memória.

Abstract: In this paper we consider the Araguaia Guerrilla War experience from a mythological perspective, which allows us to gain a broader understanding of that war and its symbolic legacy. The origins of imaginary representations compiled from interviews with participants of the movement and peasants are profoundly related to the ways in which the guerrilla war was developed and fought and with the silence that followed. This context favored the spreading of myths about the guerrillas that continue up to the present. By retrieving these myths, we propose a new interpretation of the guerrilla war and its symbolic universe, which was forged in the relationship with the local population and on the basis of the dissemination of repressive violence.

Keywords: Araguaia Guerrilla War, armed struggle, military dictatorship, political disappearances, memory.

Introdução

Há uma vereda ligando o visível e o invisível. Representações imaginárias frequentemente transitam entre os dois lados, o que lhes confere estatuto de realidade, enquanto tornam possível que o real seja lapidado. Tal como assinava Merleau-Ponty (1996), o inconsciente sobrepõe-se como um véu sobre a consciência do mundo, forjando as tintas do imaginário.

¹ Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo e Bolsista da Fapesp.

Alguns contextos favorecem enormemente esta ligação, através da qual o imaginário ganha vazão. Este estudo parte de tal premissa para discutir alguns mitos pouco conhecidos – mas muito relevantes – envolvendo guerrilheiros que tomaram parte nas batalhas que aconteceram na região do sudeste do Pará, ao longo da primeira metade da década de 1970.

O movimento guerrilheiro posteriormente denominado Guerrilha do Araguaia ficou conhecido por ter sido vítima de uma brutal violência exercida pelas Forças Armadas contra os suspeitos e pela utilização da repressão em larga escala contra a população local. O terror e a intimidação instalados ganharam contornos especiais a partir da disseminação dos campos de concentração. Camponeses e indígenas foram aterrorizados com a prática generalizada da violência, sob a justificativa de se evitar “os efeitos multiplicadores” da guerrilha.

A duração dos conflitos e a violência empregada pelas Forças Armadas levaram a população local a registrar na memória que o ocorrido foi uma verdadeira “guerra”. Esta foi combatida pelos militares sob a justificativa de que os guerrilheiros queriam auxiliar estrangeiros a invadir o país. A população permaneceu confusa, conforme o relato da moradora e simpatizante da guerrilha Maria Raimunda Rocha Veloso, conhecida como Maria da Metade:

[...] houve uma guerra contra brasileiros? Mas o que queria “o povo da mata” [guerrilheiros]? Viver na democracia, como agora, né? [...] O governo passou a prestar atenção na nossa região depois do “tempo da guerra”. [...] Alguns de nós até aprenderam que necessitamos é de organização. Aprendi com as guerrilheiras que as mulheres têm direito também, por isso fui me sindicalizar e depois tentei ser vereadora aqui em São Domingos.²

Este movimento desenvolveu-se em um verdadeiro repositório de lendas – a floresta amazônica – que a dura realidade da guerrilha revestiu de aspectos peculiares. O presente estudo introduz uma hipótese original sobre o surgimento dos mitos guerrilheiros compilados em entrevistas com participantes do movimento e com camponeses – a de que estes se relacionam profundamente com a maneira como a guerrilha foi gestada e combatida e com o silêncio que a ela se seguiu. Esta hipótese orienta a subsequente revelação de representações imaginárias, de caráter tipicamente mitológico, surgidas durante a guerrilha. Por fim, algumas implicações práticas da disseminação destes mitos durante o período são discutidas.

O presente estudo resgata mitos guerrilheiros do período e tece reflexões que se propõem a expandir a compreensão sobre a guerrilha e seu universo simbólico, forjado na relação com a população local, a qual também esteve sob a influência dos discursos disseminados pelas forças repressivas.

As reflexões apresentadas partem de entrevistas exclusivas com três guerrilheiros e quatro camponeses (cf. Almeida, 2008, 2013; Costa, 2001; Carneiro, 2010), aliadas a um balanço criterioso das referências existentes sobre o tema dos mitos na Guerrilha do Araguaia (cf. Veloso, 1996; Santos, 2001a; Silva, 2001; Vieira, 2001).

Guerrilha e conflito fundiário no Pará

A compreensão dos mitos sobre a guerrilha do Araguaia remete-nos à sua longa preparação, gestada ao longo da segunda metade da década de 1960, em meio a muitas expectativas, precariedades e contratemplos. Esta forjou os laços de companheirismo responsáveis pela preservação da memória coletiva, propiciando-nos a oportunidade de entrar em contato com tais representações.

A preparação ocorreu em fases pouco estruturadas, mas bastante ousadas. Ela incluiu o envio de três grupos de militantes para treinar guerrilha na China (um total de cerca de 25 homens), já a partir de março de 1964³. Desde 1966, pequenos grupos de militantes começaram a se estabelecer na região norte do país, com o objetivo de se esquivar da perseguição política vivida e de aprender a sobreviver na mata, visando à preparação do movimento guerrilheiro.

A partir da instalação destes pequenos grupos, a guerrilha passou a ser gradualmente organizada. A região sudeste do Pará foi eleita como a mais adequada para o início das atividades, dada a existência de conflitos fundiários (os quais os dirigentes julgaram sinérgicos em relação às suas propostas), a relativa proximidade de Brasília e a existência de uma densa floresta, a qual mostrou-se determinante para a proteção dos combatentes.

O processo de instalação do foco guerrilheiro ocorreu simultaneamente à instalação da agropecuária subvencionada e incentivada pela Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e respaldada pelo Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) (a partir de 1967), a qual elevou sobremaneira as pressões pela expropriação das terras dos lavradores da

² Entrevista concedida por Maria Raimunda Rocha Veloso à autora (26 jul. 1996), São Domingos do Araguaia/PA. Ela colaborou com a guerrilha e morreu de câncer em 1999. Destaque da autora.

³ Estima-se que 11 desses militantes tenham participado da Guerrilha do Araguaia e não tenham sobrevivido (cf. Martins, 2009; Grabois, 2005; Carvalho, 2010; Lisboa e Garcia, 2009).

região – fenômeno que contribuiu para uma aproximação entre a comunidade local e os combatentes. Esta atuação governamental teve vários desdobramentos táticos, envolvendo o uso das empresas estatais desenhadas para atuar na região, de maneira exclusiva (Sudam) ou inclusiva (Incra), que tiveram seus esforços direcionados à repressão da guerrilha.

O movimento foi idealizado pelo birô político do Comitê Central do PC do B, influenciado pelo projeto chinês de “guerra popular prolongada”. Devido à forte repressão, as atividades foram mantidas em sigilo: muito depois do início das operações, a localização específica do foco guerrilheiro permanecia desconhecida da maioria dos militantes instalados nas cidades.

Apesar de sua extensão (cerca de cinco anos), a fase de preparação da guerrilha foi mais curta do que inicialmente previsto, perdurando até o movimento ser descoberto pelo Exército em abril de 1972, quando passou a ser duramente reprimido pelo dispositivo militar montado pelas Forças Armadas. Três campanhas envolveram aproximadamente 7.200 militares (Morais e Silva, 2005, p. 236) e o mais moderno arsenal bélico disponível no país – em franco contraste com as condições dos três destacamentos guerrilheiros e seus 73 militantes pouco equipados, espalhados numa área de cerca de 30 mil km², equivalente à Holanda.

A Guerrilha do Araguaia durou aproximadamente dois anos e meio, terminando com a morte de quase todos os combatentes do partido envolvidos. A maneira como este episódio sombrio da nossa história foi tratado outorgou-lhe o título de mais impressionante fenômeno de *negação* histórica do Brasil contemporâneo (Teles, 2005).

Os fatos que envolveram seu extermínio foram censurados e estiveram ausentes dos noticiários da imprensa entre setembro de 1972 e julho de 1978. Neste período, apenas o presidente Ernesto Geisel fez alusão à derrota da guerrilha em mensagem enviada ao Congresso Nacional, em março de 1975, no capítulo dedicado ao combate à subversão (Buarque *et al.*, 1978, p. 4). O assunto passou a ser noticiado quando acabou a censura prévia à *imprensa alternativa*, em 1978 (Buarque, 1978, p. 22; Portela, 2002).

Os governos militares decidiram extirpar a guerrilha da história; o movimento não deveria produzir sequer efeitos judiciais. Perante a justiça militar, a Guerrilha do Araguaia não existiu – os processos movidos contra os

sobreviventes não fizeram menção ao fato⁴. A maioria, presa no início da guerrilha ou fora da área do conflito, sequer chegou a ser processada, tal como ocorreu com Danilo Carneiro e Criméia de Almeida, mantidos confinados por vários meses sem acusação formal (Carneiro, 2010; Almeida, 2008). Os que foram processados acabaram condenados apenas por sua militância em partido clandestino, o PC do B.

Os guerrilheiros permanecem na condição de desaparecidos políticos, uma vez que seus restos mortais continuam em locais ignorados⁵. Filhos de guerrilheiros, nascidos durante os combates ou em cativeiro, teriam sido *apropriados* pelos militares. O comandante guerrilheiro Osvaldo teria tido um filho com uma camponesa (Giovane), o qual foi supostamente adotado (Nossa, 2012, p. 111). Dina, a mais famosa das guerrilheiras, estaria grávida quando foi presa (Cabral, 1993) – o paradeiro da mãe e do eventual bebê permanece desconhecido⁶.

Após a edição da Lei dos Desaparecidos (1995) e a realização da missão de busca e escavação na região da Guerrilha do Araguaia em julho de 1996, outras escavações sucederam-se a ela e o silêncio a seu respeito começou a se dissipar. Em outubro daquele ano, a Rede Globo de televisão levou ao ar um programa *Você Decide* intitulado “Sangue no Araguaia” (Você Decide, 1996; Kehl, 2001). Desde então, alguns livros (cf. Campos Filho, 1997; Morais e Silva, 2005; Studart, 2006; Nossa, 2012) a respeito foram publicados e surgiram pelo menos duas novelas, um filme e alguns documentários⁷.

Muitos moradores da região assistiram ao *Jornal Nacional* que noticiou as escavações organizadas pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (então alocada no Ministério da Justiça), ao longo do mês de julho de 1996. Neste contexto, a temática da guerrilha, seus ideais e atuação reapareceram na pauta da comunidade local, inspirando diversos camponeses a reivindicar seu direito à reparação. O Estado reconheceu sua responsabilidade na morte de cinco camponeses por terem aderido à guerrilha (CEMDP, 2007, p. 203-270).

A floresta e seu imaginário

O imaginário social da Amazônia mantém uma estreita relação com o sobrenatural; repleto de mitos e narrativas, povoa o cotidiano da difícil relação com a

⁴ Estima-se que na guerrilha tenham morrido 59 militantes do PCdoB e pelo menos 17 camponeses que a apoiaram (D’Araujo *et al.*, 1994, p. 24). Apenas 13 militantes sobreviveram (cf. Teles, 2011, p. 245).

⁵ Os restos mortais de Maria Lúcia Petit e Bergson Gurjão Farias foram identificados, respectivamente, em 1996 e 2009 (cf. Almeida *et al.*, 2009, p. 355) e Torres (2009).

⁶ Há indícios de que outros filhos de guerrilheiros, nascidos durante os combates ou em cativeiro, teriam sido *apropriados* pelos militares. Exame de DNA concluiu que Lia Cecília da Silva Martins tem 90% de chance de ser filha de Antônio Teodoro de Castro, desaparecido no Pará em 1974. Cf. Torres (2010).

⁷ Cf. o filme *Araguaya – a conspiração do silêncio* (Duque, 2004); e as novelas *Cidadão brasileiro* (Muniz, 2006) e *Araguaya* (Negrão, 2011); e os documentários *Palestina do Norte: o Araguaia passa por aqui* (Ibiapina, 1998); *Guerrilha do Araguaia – As faces ocultas da História* (Castro, 2007); *Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro* (Fernandes, 2010); *Tocantins terra marcada* (Lima, 2012) e *Araguaya: campo sagrado* (Fonteles Filho e Medeiros, 2013).

vasta natureza da região, com os desafios técnicos (por exemplo, vencer as correntezas dos rios ou encontrar caças de qualidade) e com a escassez material circundante (sobretudo a fome). Em contraste com as porções mais industrializadas do país onde, já nas décadas de 1960-70, a mitologia regional perdia seu poder de fazer sonhar e de fortalecer vínculos intergeracionais (Bachelard, 2001), alegorias como a da Vitória-Régia, Uirapuru, Matinta Perera, Boi-Bumbá, Boto e Boiuna revelavam-se nos ritos e discursos da população da região.

O imaginário amazônico que se compõe destas alegorias supramencionadas e de outras reflete, em grande medida, o predomínio das produções simbólicas das principais tribos da região (Ribeiro, 1982). Conforme o levantamento realizado para a presente pesquisa, podemos afirmar que, no sudeste do Pará (região de concentração da Guerrilha do Araguaia), o processo de ocupação da fronteira somou outras influências, trazendo elementos das tradições religiosas e culturais da região do nordeste do país, tais como a Mãe d'Água e as profecias de Padre Cícero.

Conforme as recordações registradas pela guerrilheira Criméia de Almeida, militante enviada pelo PC do B à região em janeiro de 1969, esses elementos estavam intimamente ligados ao cotidiano dos moradores:

Os moradores acreditavam no sobrenatural, na Mãe d'Água, no Boto e na Boiuna, mitos mais relacionados com os perigos da água. As canoas viravam, as pessoas desapareciam nos rios, seus corpos mutilados pelos peixes eram encontrados. Estes eram fatos frequentes para os quais eles buscavam explicação no sobrenatural. Todos sabiam nadar, todos sabiam remar, mas alguns morriam. Então, eles explicavam essas tragédias dessa forma: essas personagens "levavam" as pessoas. A Mãe d'Água, o Boto, a Boiuna preferiam, dizia o povo, os mais corajosos, os mais afoitos, que eram os que viajavam à noite, quando havia banzeiro [quando o rio fica agitado, geralmente, no mês de agosto] (Almeida, 2013).

A coexistência "sincrética" de tradições culturais distintas na região é a marca principal do relato, o que se faz particularmente interessante quando consideramos que as migrações à região são relativamente recentes: os moradores da região do Araguaia estabeleceram-se na área entre 10 e 20 anos antes do início dos combates.

Em uma manifestação tipicamente brasileira, a crença na Boiuna – mito de origem ameríndia que signifi- ca cobra preta – soma-se à crença na "sereia" conhecida

como Mãe d'Água, mito nordestino, da região do rio São Francisco, para conferir tratamento simbólico ao medo de fatalidades naturais comuns à vida cotidiana das populações ribeirinhas.

A Boiuna é descrita como uma enorme cobra escura capaz de virar as embarcações. Entre suas "características" está o hábito de imitar as formas das embarcações, atraindo naufragos para o fundo do rio. A principal função deste mito é ressaltar os cuidados com a estabilidade dos barcos, nas águas turbulentas. A lenda da Mãe d'Água, por seu turno, conta que, à meia-noite, o rio "dorme" por alguns minutos, e então ela sobe à superfície, à procura de uma canoa para se sentar e pentear seus cabelos. Nessa hora, as pessoas que morreram afogadas emergem das águas e seguem para as estrelas. A função principal deste mito é sublinhar a importância de cuidados redobrados ao se navegar no período noturno (quando justamente morrem muitos barqueiros), sob a máxima de que aqueles que "acordarem o rio" serão castigados.

Os mitos amazônicos não estão relacionados apenas ao medo de fenômenos naturais, mas também à violência social, a qual criou a demanda por representações simbólicas que dessem sentido a essa realidade. Havia décadas, um mau presságio predizia acontecimentos desastrosos na região, conforme contavam os camponeses. O líder guerrilheiro Ângelo Arroyo, dirigente do PC do B que escapou do cerco militar à Guerrilha do Araguaia em janeiro de 1974⁸, relata que a inquietação e o medo tomaram conta da população local, quando se intensificaram os conflitos fundiários.

Para amedrontar os posseiros, as Forças Armadas realizaram uma grande manobra militar em novembro de 1970. Pretendia-se também buscar informações e inibir a presença de militantes de agrupamentos de esquerda (Teles, 2011). Durante uma semana, a região foi dominada por helicópteros e tropas paraquedistas. Em Marabá (PA), a população assistiu ao lançamento de bombas napalm, que incendiaram o rio Tocantins e os barracos previamente construídos para o suposto treinamento. Os moradores esperavam pelo momento do emprego da força por parte dos grileiros, mas não por meio das Forças Armadas, e se aconselharam com alguns dos futuros guerrilheiros – Osvaldo, Paulo Rodrigues e Zé Carlos (André Grabois). Estes intensificaram os preparativos para resistir. Tensos, os camponeses começaram a dizer que o que estava acontecendo se assemelhava à

[...] volta ao cativoiro. Muitos recordam casos que lhes aconteceram em outros lugares. Dona Hilda, rezadeira

⁸ Em dezembro de 1976, Arroyo foi assassinado com outros dois dirigentes do PC do B, numa emboscada realizada em São Paulo (Almeida *et al.*, 2009, p. 669-76). Para referências sobre seu diário, v. Arroyo (1982).

de fama, que andara de Ceca a Meca, espalha a profecia do Padre Cícero. Antes de morrer, o padre teria dito que, nos anos 1970, o Araguaia iria pegar fogo e quem não morasse do lado do Pará não mais poderia ali chegar. E aduzira: deviam-se plantar coisas que ficassem debaixo do chão para garantir o alimento e resguardá-lo da fúria dos atacantes (Arroyo, 1979, p. 34).

Ocupada por posseiros oriundos de diversas regiões do país desde os anos 1950, os conflitos de terra na região geraram uma resistência obstinada a deixá-las; aquelas terras eram sua última esperança, eram consideradas as “bandeiras verdes” das profecias do Padre Cícero (1844-1934). Proprietário de terras, de gado e imóveis, Cícero era um sacerdote e político conservador do Ceará ligado ao coronelismo. Impressionou os habitantes de Juazeiro (CE) em 1872, quando fixou residência na cidade. No ano de 1889, afirmou ter protagonizado um milagre, o que lhe conferiu fama e prestígio, mas o levou a ser excomungado pelo Vaticano no final do século XIX. De acordo com o sociólogo José de Souza Martins, ele teria profetizado que era necessário

[...] atravessar o Araguaia, buscar as “bandeiras verdes” antes que fosse tarde. Um dia o Araguaia iria ferver e quem não tivesse passado não passaria mais. Além do que, previra para os primeiros anos da década de 70 o aparecimento do “capa verde”, o cão, dissimulado de amigo e conselheiro, fazendo a bondade e querendo a maldade, falando em paz e fazendo a guerra. Não há sertanejo que não conheça essas profecias em vastíssimas regiões da Amazônia [...]. A guerra de 72 a 74 no Araguaia não foi para eles nenhuma novidade (Buarque et al., 1978, p. 11, destaques da autora).

A associação da floresta com as “bandeiras verdes” estava muito presente no imaginário dos moradores da região, de tal modo que essa representação surge também nos testemunhos dos guerrilheiros sobreviventes, conforme o relato de Criméia de Almeida:

As “bandeiras verdes” eram a salvação. Quem atravessasse o rio estava salvo. Atrás delas viria a guerra, o rio pegaria fogo... Os pais estranhariam os filhos e os filhos não mais confiariam nos pais. Era necessário enterrar sal e munição, plantar raiz para ter o que comer. Então, nós seguimos todas as recomendações do Padre Cícero e fizemos os nossos depósitos de comida e remédios, plantamos muita mandioca nas capoeiras. O pessoal [os guerrilheiros] falava brincando que as

profecias do Padre Cícero estavam escritas no livrinho vermelho do Mao Tsé-Tung! (Almeida, 2013).

Conforme revelado, os mitos da região tiveram grande importância na realidade encontrada pelos combatentes e na produção de mitos envolvendo-os como protagonistas, tal como considerado em maior detalhe na seção seguinte.

O imaginário guerrilheiro e a floresta: mitos masculinos

Para entrar no domínio da caracterização do imaginário popular que se estabeleceu na época da guerrilha, é preciso considerar o contexto no qual foram deitadas as bases para este estudo. No período de 1996-2001, colaborei com as investigações de busca dos restos mortais de guerrilheiros. Em especial, tomei parte em duas jornadas na região, nas quais pude registrar uma série de depoimentos de moradores. Inicialmente, eles apresentaram grande resistência para falar sobre a guerrilha; evitavam referências aos guerrilheiros, tergiversando sobre os mitos que os cercavam. Não obstante, o estabelecimento de relações de confiança crescente permitiu uma nova visada sobre a relação que se estabeleceu entre os combatentes e a população local, trazendo à tona intrigantes relações entre mitos amazônicos e mitos sobre a guerrilha, tal como expresso na ideia de que alguns combatentes seriam “protegidos por entidades míticas” ou “encantados”.

Ao final de cada uma das entrevistas, incitava os moradores que lutaram na mata junto aos guerrilheiros a se manifestar em relação à crença de que os combatentes em perseguição transformavam-se em animais, despistando os militares. As respostas eram, via de regra, ambíguas; enquanto alguns riam discretamente, outros tergiversavam, deslocando a conversa em sentido às dificuldades encontradas para se andar na mata com fome, na época das chuvas, sem deixar rastros. Ninguém posicionou-se sobre a percepção do suposto caráter sobrenatural destas ocorrências, a despeito de salientarem a astúcia e conhecimento da mata que alguns guerrilheiros possuíam (cf. Vieira, 2001; Silva, 2001; Santos, 2001a).

Oswaldo Orlando da Costa ou, simplesmente, Osvaldão foi dos primeiros a chegar à região, por volta de 1966. Estudou Engenharia de Minas em Praga (antiga Tchecoslováquia); com 1,98 cm de altura, ele fora lutador de boxe profissional (atuando pelo Botafogo) e militar reformado; negro e sorridente, não passava despercebido por onde passasse. Sua história é paradigmática para a compreensão dos mitos constituídos no período.

Osvaldão tornou-se conhecido no Pará não apenas por seu porte peculiar, mas por sua simpatia, coragem e pontaria. Era grande conhecedor da área e vizinhanças, tendo se destacado como garimpeiro e caçador (“mariscador”). No ano de 1969, fixou sua residência numa posse que adquiriu às margens do rio Gameleira, onde mais tarde passou a morar com outros companheiros do partido. No início da guerrilha, tornou-se o comandante do Destacamento B (Almeida *et al.*, 2009, p. 572).

Até então, ele era pouco conhecido dos outros militantes (em oposição a outros que haviam, por exemplo, sido dirigentes de centros acadêmicos e liderado passeatas); em contrapartida, participou de treinamentos militares na China, junto com a primeira turma de combatentes enviada pelo PC do B em 31 de março de 1964 – dia do golpe militar (Martins, 2009). Sua fama na esquerda, portanto, foi basicamente construída na região, e o mesmo se aplica a alguns outros guerrilheiros que se tornaram bastante respeitados e conhecidos pela população local, antes mesmo do início dos combates:

Em geral, os guerrilheiros eram conhecidos, porque eram considerados prestativos, criativos e corajosos. Não tínhamos medo de andar na mata ou no rio à noite, ou seja, não tínhamos medo do Curupira e da Boiuna. Tínhamos muitas vantagens, pois sabíamos ler e detínhamos certo domínio tecnológico. Costumávamos dizer que nossa estada no Araguaia era uma viagem ao passado e que possuíamos a vantagem de já conhecer o futuro! (rs)

No Destacamento A, os mais conhecidos eram os mais antigos na região, o Joca (Líbero Giancarlo Castiglia), o André (Grabois), Nunes (Divino Ferreira de Souza), Piauí (Antônio de Pádua Costa), Landinho (Orlando Momente), eu, a Sônia (Lúcia Maria de Souza) e a Jana (Moroni Barroso). Eu e a Sônia éramos conhecidas, porque fazíamos partos e cuidávamos dos doentes e a Jana, porque dava aula na escola. O André, por exemplo, era comerciante e andava muito na região, era brincalhão, contava piadas, fazia histórias em quadrinhos e nós íamos a todas as festas! O Joca era muito solidário, sempre oferecia ajuda para todos... (Almeida, 2013).

Do reconhecimento local à (relativa) fama internacional decorreu um árduo intervalo no qual deu-se a preparação para a guerrilha, a qual começou abruptamente em abril de 1972. A fama dos guerrilheiros correu mundo depois da publicação de uma longa reportagem de *O Estado de S. Paulo*, em setembro do mesmo ano

(Gonzaga Jr., 1972, p. 27), a qual mencionava a existência de um movimento guerrilheiro na região norte do país, promovido pelos “paulistas”, referidos como Paulo, Dr. Juca, Osvaldo, Antonio e Dina. Esta reportagem ecoou internacionalmente, tendo aparecido no *The New York Times*, dois dias depois (Larry Rohter confirmou a autoria do artigo; cf. Rohter, 2008).

Os mitos sobre os guerrilheiros geralmente giram em torno de sua suposta capacidade “fantástica” de movimentação na floresta e seu ressurgimento após os violentos e desiguais combates com as Forças Armadas. Entre estas figuras mitológicas, Osvaldão possui papel paradigmático – tal como a combatente Dina, que, como veremos adiante, estabelece um interessante diálogo com este, através de seu particular relevo na mitologia feminina da guerrilha.

Tendo por base a documentação acessível à pesquisa de campo que originou este ensaio, os primeiros relatos a respeito de Osvaldão como alguém “encantado” ou “imortal” figuram nos testemunhos militares. Esta informação foi confirmada publicamente por um oficial anônimo, entrevistado pelo jornalista Fernando Portela, em 1979; segundo o relato, os soldados que participaram das 1ª e 2ª campanhas contra a guerrilha, além de terem medo dos combatentes, “[...] vinham de famílias humildes dali do Norte mesmo, e tinham medo de Saci, Mãe de Fogo, Lobisomem [...]” (Portela, 2002, p. 100).

De acordo com Portela, muitos moradores diziam que Osvaldão era imortal; eles acreditavam que figuras como o Saci, a Mãe de Fogo, entre outras, manifestavam-se nos rituais do terecô – religião afro-brasileira tradicionalmente associada à região de Codó (MA), a qual atribui particular importância ao curandeirismo e à capacidade de provocar doenças (Ferreti, 2001, p. 90). Originários do Maranhão e tendo provavelmente surgido na parte final do século XIX, os rituais do terecô tiveram aceitação no Pará, o que provavelmente se relaciona à proliferação de doenças graves e contagiosas na região, tais como a malária, febre amarela, hanseníase e leishmaniose.

O dia a dia na região estava intimamente ligado ao calendário das festas e ao sincretismo religioso; muitas delas representavam um meio de obter proteção para a população, isolada e carente da atuação do Estado na região:

Éramos convidados para todas as festas. [...] Sei que o Osvaldão frequentava os terreiros de terecô⁹, mas lá (na área do Destacamento A) não tivemos muito contato com esses rituais. Tínhamos, contudo, uma boa relação com os terecozeiros. Lembro-me que comentava-se muito que o espírito de Camões baixava frequentemente nos terreiros. Todas as festas eram

⁹ Segundo Arroyo, em 1973 entoavam-se cantos de elogios à guerrilha nas sessões de terecô da região (Arroyo, 1979, p. 54).

religiosas e misturavam catolicismo, umbanda e crenças indígenas. Por exemplo, havia a festa em louvor às águas do rio que saudavam Iemanjá, Santa Bárbara e Nossa Senhora de Nazaré.

Havia também a festa de São Lázaro, que homenageava os cães. Toda festa tinha bastante comida, que era servida na seguinte ordem: primeiro os homens, depois as crianças maiores e, por último, as mulheres e crianças pequenas. Na festa de São Lázaro, em especial, os primeiros a serem servidos eram os cães. Eles serviam a mesma comida (das pessoas) aos cães sobre uma toalha colocada no chão e nos pratos que, depois, seriam usados pelos demais convidados. Faziam isso, porque diziam que os cães foram os únicos a acolher S. Lázaro, que era leproso (Almeida, 2013).

A festa de São Lázaro é particularmente emblemática para compreendermos as relações existentes entre os mitos amazônicos e os mitos sobre a guerrilha. São Lázaro é um personagem bíblico que corresponde à figura do pobre na parábola sobre o rico e o pobre (sem bens materiais, os pobres teriam mais facilidade para entender a escala dos valores religiosos). Ele era um mendigo, portador de hanseníase, que foi elevado à condição de santo católico protetor dos cães e contra doenças contagiosas. No candomblé, ele se manifesta como o orixá Omolu, divindade invocada para resolver questões de saúde, principalmente, as relativas às doenças epidêmicas. (A festa desse santo é tradicionalmente celebrada na Bahia).

Assim como o terecô, a festa de São Lázaro está ligada à precariedade da vida na região, repleta de doenças então debeladas no restante do país; a hanseníase, por exemplo, era bastante prevalente no sudeste do Pará, o que possivelmente influenciou a popularidade da festa – como levantei ao longo da pesquisa que deu origem a este estudo (Almeida, 2013).

Essa festa remete-nos também à importância atribuída aos cães pela população local. Diversos testemunhos de moradores dão conta do papel essencial desempenhado pelos cães na caça e na proteção das casas, especialmente, aquelas localizadas na mata. De acordo com Criméia de Almeida, os cães eram raros na região, e o líder da guerrilha, Maurício Grabois, teve de trazer de fora um casal de cachorros (provavelmente de Goiás) para se reproduzirem, doando suas crias para os grupos de combatentes e a população local (Almeida, 2013).

As referências à importância dos cães na floresta me fizeram lembrar-me do texto da geógrafa Regina Sader, que, ao pesquisar a vida dos camponeses da região do Bico do Papagaio (norte do estado de Tocantins) e “o Massacre do Pindaré”, ouviu relatos a respeito dos mitos sobre a Guerrilha do Araguaia. Os testemunhos

feitos com discrição e medo denunciavam a convivência com a violência, o que era expresso através da linguagem simbólica contida nas suas histórias de vida.

Nessas terras onde vivem muitos migrantes ou camponeses expulsos de outras terras – no Bico do Papagaio, muitos vieram do sul do estado do Pará – os mitos, as lendas e os ritos funcionam como referências da memória coletiva, mantêm “vivas” as histórias comuns e proporcionam identidade aos grupos afastados de suas origens pela seca ou pela violência de grileiros.

A história recolhida por Sader de forma direta refere-se ao guerrilheiro Osvaldão. A pessoa que lhe cedeu a entrevista, identificada como M., era criança à época dos acontecimentos e lembra-se vagamente dos fatos de então. Ela soube, através das memórias de seus pais, que Osvaldão era “encantado”. Ele possuía o dom de se transformar no animal que quisesse e, por isso, teria sido o último guerrilheiro a ser morto, conforme entrevista realizada em 1988:

[...]“Um dia, os federais tocaiaram ele na mata. Ia passando um bando de macacos e ele se transformou num deles e conseguiu fugir pulando por cima da cabeça dos federais que nem desconfiaram. Mas no que ele mais se transformava era em cachorro” (Sader, 1990, p. 119).

O caráter “fantástico” do relato não dirime a clara referência à capacidade dele (e, dir-se-ia, dos demais guerrilheiros) de se perpetuar na luta, a despeito da desigualdade de condições para o combate. Esta vicissitude soma-se à habilidade de enfrentar com sucesso os desafios para a sobrevivência na floresta por anos a fio, o que certamente contribuiu para a duração dos enfrentamentos. Ao contrário da maioria da população local, os guerrilheiros passavam o ano todo na mata e não somente o período de estiagem; por isso, eram chamados de “o povo da mata”.

O caráter alegórico deste relato nos remete ao paralelo entre agilidade de movimentação na floresta (macaco), caráter solidário (cão) e as características reconhecidas em Osvaldo e seus companheiros. O cão, conforme previamente mencionado, era reconhecido na região por seus atributos positivos; ele acolheu São Lázaro, que, por sua vez, acolhia os doentes, tal como os militantes do PC do B que prestavam serviços médicos na região.

No imaginário permeado pela floresta, os animais são associados a um conjunto bem definido de atributos, que os diferencia dos demais. Assim, a alusão à figura do guerrilheiro e ao movimento armado nos permite inferir noções relativas às maneiras como a população local compreendia o que estava acontecendo, a despeito da ausência de colocações explícitas. De acordo com o relato de M., certo dia sua mãe encontrou Osvaldão:

Ela tinha ido dar comida aos porcos, restos de arroz com carne – “comida de sal”, acentua M. –, e apareceu um cachorro preto, enorme, e começou a comer junto com os porcos, não sem antes lançar um olhar muito triste à mãe de M., que, apavorada, correu para dentro de casa, chamou os filhos e o marido: “Fecha tudo e avisa que vai haver problemas”, pois os federais deveriam estar por perto. De fato, pouco depois chegaram os federais, acordando todo o povoado, dizendo que denunciassem os homens da mata, caso os vissem, “porque seria melhor assim”. Apesar do medo, a mãe de M. disse que o Osvaldão tinha aparecido lá na casa dela, e os federais saíram correndo para cercar toda a área (Sader, 1990, p. 120).

O relato de M. sugere que o terror provocado pela repressão à guerrilha criou a demanda por uma “fala velada”, a qual teve papel importante na circunscrição dos mitos criados. Esta fala traz à tona uma visão ambígua da floresta para o camponês – lugar de salvação, mas também de seres aterrorizantes. A posição da mãe de M. quanto a Osvaldão, representado como um destes seres, é emblemática: se, por um lado, delatou-o aos “federais”, por outro, não deixou de lhe oferecer comida – o que se sugere pela referência ao fato de ter “alimentado o cão” – e não o guerrilheiro – em sua “fala velada”.

O medo da mãe de M. ecoa o medo de toda a população local: durante a terceira campanha contra a guerrilha, as Forças Armadas prenderam e torturaram todos os homens e algumas mulheres, bem como queimaram as lavouras e árvores frutíferas da região, de modo a impedir que os guerrilheiros fossem alimentados (Teles, 2011).

A “fala velada”, que ajudava a dissimular a colaboração de moradores com os “federais”, também ajudava-os a mascarar informações exigidas pelos militares, conforme o relato abaixo:

Tempos depois, o tio de M. estava pescando com um amigo na beira do Araguaia, quando um cachorro preto chegou perto dele. Olhou bem para os dois, deu um uivo triste e se escondeu nas margens. Os dois pescadores ficaram apavorados porque sabiam que os federais estavam por perto. Logo foram cercados por estes. E o cachorro atravessou o rio a nado, chegando são e salvo na outra margem. Mas os dois homens não falaram nada do cachorro aos federais (Sader, 1990, p. 120).

A oposição entre as atitudes da mãe e do tio de M. reflete o dia a dia das relações que os guerrilheiros estabeleciam com a população local, da qual dependiam

(comida) e com a qual contribuíam (através da prestação de serviços diversos, inclusive nas plantações). As entrevistas coletadas e estudos recentes¹⁰ revelam que a relação entre os guerrilheiros e a população paraense foi mais positiva e colaborativa do que originalmente presumido pelos estudos mais famosos, o que se manifesta na formação da mitologia (no caso do enfoque específico desta seção, da mitologia masculina, emblematicamente substanciada na figura de Osvaldão), onde o medo fundia-se à admiração e ao respeito.

As mulheres guerrilheiras no Araguaia e os mitos femininos

Na seção anterior, consideramos as linhas gerais dos mitos sobre a guerrilha e de seu papel na tradução da relação entre os combatentes e a população em geral, através de uma figura masculina emblemática. Nesta, iremos aplicar o mesmo princípio a representações femininas.

Um ponto inicial a ser considerado é o aumento de complexidade envolvendo as figuras femininas, que, na época, produziam particular estranhamento, com seu jeito despojado e sua postura progressista. Este estranhamento já permeava as relações que se desenvolveram a partir do momento em que guerrilheiros se fixaram na região, mas se acentuou significativamente a partir da chegada da primeira combatente (Criméia de Almeida), em janeiro de 1969.

A mais notória combatente feminina chamava-se Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina; ela é a única mulher citada na famosa reportagem de *O Estado de S. Paulo* de 1972 (previamente citada), na qual foi descrita como “brava e de liderança fácil”. Geóloga de formação, com uma atuação marcante no movimento estudantil de Salvador (BA) e um histórico de atuação em protestos que lhe rendeu uma prisão em 1968, a jovem combatente ganhou notoriedade na região da guerrilha atuando como parteira e professora primária em São Geraldo (PA), desde a sua chegada, em maio de 1970. Várias representações mitológicas sobre ela foram criadas e difundidas, rivalizando com aquelas que envolvem Osvaldão, com o qual compôs o par essencial na formação do imaginário das figuras míticas da guerrilha.

O principal atributo associado ao fato de Dina ter se tornado uma figura lendária é o de ter sido exímia atiradora. Destacou-se por sua habilidade como guerrilheira, escapando várias vezes de cercos militares, sendo ferida em um deles. Em 1973, tornou-se subcomandante do Destacamento C, a única mulher a assumir um posto de

¹⁰ De acordo com Major Curió, as investigações das FFAA descobriram que 26 camponeses aderiram à guerrilha, 194 moradores da região apoiavam diretamente o movimento, e sua rede de apoio movimentava 258 pessoas (Nossa, 2012, p. 132).

comando no Araguaia (Almeida *et al.*, 2009, p. 582-83). A coragem das guerrilheiras do PC do B foi destacada pelos militares, particularmente, a audácia de Dina a fez temida pelos soldados, conforme relatos de guerrilheiros presos à época. Segundo Criméia de Almeida, o general Bandeira fez menções elogiosas às guerrilheiras:

Quando eu estava presa no PIC, em Brasília, fui interrogada diversas vezes pelo general Bandeira e ele sempre me dizia que as guerrilheiras eram muito valentes, destemidas. Inclusive, ele fez um comentário bem machista ao dizer que elas lutavam como homens. Ele falava também que se os seus soldados fossem iguais a certos guerrilheiros, em especial, as mulheres, o Exército já teria vencido aquela guerra (Almeida, 2013).

As lendas em torno de Dina surgem na documentação em dois relatos militares. Uma das últimas guerrilheiras a ser capturada, conta-se que ela teria se transformado em *borboleta* quando escapou do cerco, no qual foi atingida por um tiro no pescoço. O combate com uma patrulha de paraquedistas, em setembro de 1972, resultou na morte de dois guerrilheiros e na prisão de outro (Arroyo, 1982, p. 21). Dina escapou, depois de acertar o comandante do grupo – o futuro general Álvaro de S. Pinheiro (Studart, 2006, p. 55, n. 1).

Em 2004, Sebastião Rodrigues de Moura, o *Major Curió*, oficial do CIE (Centro de Informação do Exército), figura central na repressão ao movimento guerrilheiro no Araguaia e responsável pela captura e morte de Dina, falou sobre os mitos criados em torno dela. Seu relato é particularmente importante por ter coordenado um grupo de informação e extermínio durante a 3ª campanha contra a guerrilha do PC do B (Studart, 2006, p. 233)¹¹. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, de 4 de março, *Curió* declarou: “[...] Havia muito mito. Mito de que ela virava *cupim*, virava *pomba*. [No final], ela entrou em combate numa emboscada” (Nossa e Sampaio, 2004).

O oficial do Exército faz referência aos mitos sobre Dina com o intuito de fornecer uma conotação negativa de sua atuação, ao longo de sua entrevista. Com isto, procura relativizar a importância da guerrilheira, sem, entretanto, contradizer a máxima de que militares e a população local não ficaram indiferentes à sua atuação.

Já quanto à especificidade das alegorias empregadas, faz-se digno de nota o fato de existirem borboletas em abundância na Amazônia e destas serem referências universais da delicadeza e beleza que se associam à transformação. A borboleta é a expressão gráfica da *psyche*, à

qual os gregos atribuíam dois significados: *alma* e *borboleta*, as quais se fundiam na imagem da mulher com asas de borboleta, utilizada para representar a alma. No Japão, a borboleta é um emblema da mulher, por ser considerada graciosa e ligeira, ágil. Naquele país, a borboleta que sai do ovo (crisálida) é um símbolo de ressurreição, mas também pode ser vista como a saída do túmulo em sentido a uma nova vida.

A fama de Dina (e de outras guerrilheiras no Araguaia) associada à imagem da borboleta remete-nos à sua agilidade, a qual ombreava com a dos homens, especialmente em relação à sua eficiente movimentação na mata, responsável pelas célebres fugas pelas quais ficou conhecida.

A associação de Dina à imagem do *cupim* se soma à alegoria da borboleta, na medida em que o *cupim* se caracteriza por ser pequeno e viver escondido. Possivelmente, essas características tenham sido relacionadas à figura de Dina devido ao fato dela ter conseguido escapar e se esconder diversas vezes. Por outro lado, a referência à *pomba* associada à representação da guerrilheira é curiosa, pois não havia pombas na floresta da região. Sua presença na área dava-se por meio da crença no Divino Espírito Santo, tradicionalmente representado pela *pomba*:

Havia também a Festa do Divino Espírito Santo, na qual a Bandeira do Divino ficava exposta na casa do rezador, cheia de enfeites. Essa era uma festa muito religiosa, com muitas ladainhas e rezas, mas sem muita comida. Essa festa era mais séria, não havia muita música e dança, tal como nas festas juninas.

Outra presença marcante do Espírito Santo acontecia nas Sentinelas (velórios), quando era servido muito café, biscoitos, bolos e cantos, juntamente com os “cantos de incelências”, conforme eles chamavam, que eram monótonos e tristes. Na hora do enterro, o defunto era levado na rede por dois homens fortes que corriam pela trilha para livrar-se logo do peso, enquanto outro carregava a Bandeira do Divino, a qual deveria ficar sobre o morto durante todo o percurso. Os enterros eram uma correria só (Almeida, 2013).

Para os cristãos, o Espírito Santo compõe a Santíssima Trindade e é considerado um “conselheiro” que intercede em favor de todas as criaturas de Deus, assim como aquele que conforta e reanima. As pombas, por seu turno, caracterizam-se pelo excelente sentido de orientação e pela capacidade de voar longas distâncias com rapidez, o que pode ser uma alusão à habilidade dos guerrilheiros de se locomoverem com um aguçado senso de orientação

¹¹ *Curió* atuou no setor de informação e repressão do Exército desde 1960. Depois da Guerrilha do Araguaia, integrou o SNI e participou de operações em países latino-americanos, tais como Uruguai, Argentina e Paraguai (Nossa, 2012).

na floresta. Os cristãos acreditam que o Espírito Santo concede “dons” aos fiéis, entre eles o da sabedoria, da compreensão e da cura, características que também eram atribuídas aos guerrilheiros pela população local.

Outro mito relevante versa sobre a “metamorfose” de guerrilheiras (e guerrilheiros) em mosquitos, conforme nos relatou Criméia de Almeida; segundo ela, tais mitos foram inventados pelos militares para encobrir sua incapacidade de debelar a guerrilha:

No mês de junho [de 1972] fomos visitar a família de um vizinho que havia sido preso e morava na beira do rio Araguaia. Para isso tivemos que atravessar a Transamazônica, um lugar muito vulnerável para nossa segurança, pois ali ficavam acampadas as tropas do Exército. Pelo caminho cumprimentamos alguns antigos vizinhos. Fizemos a visita à família do Eduardo, lugar onde passamos a noite [...]. O grupo da Faveira, do destacamento A, deixou essa moradia em fins de 1970, pois esta ficava às margens do rio Araguaia, local ruim para nossa segurança. Quando nos mudamos, o filho de Eduardo ficou responsável pela casa comercial que tínhamos ali. As criações de porcos e galinhas ficaram sob responsabilidade de Eduardo e sua família no sistema chamado meação. [...] Salgamos o restante da carne e a carregamos conosco [...]. No dia seguinte, o Exército, informado por alguns moradores sobre a nossa presença naquela área, cercou a região. O cerco consistia em fazer várias trincheiras ao longo da Transamazônica e de patrulhas móveis com jipes. O toque de recolher à noite [...] persistia. Diante disso, demoramos dois dias observando o tempo que as patrulhas levavam para passar na estrada, para localizar onde estavam suas trincheiras em ambos os lados da Transamazônica. Achamos que a forma mais segura de atravessar a estrada seria durante o dia, entre duas trincheiras, fora do horário de passagem das patrulhas móveis, e individualmente. Enquanto um atravessava, os outros faziam a cobertura. Como disfarce, usamos um saco branco como saia, arregaçamos as pernas das calças e a espingarda ia junto com gravetos como se fosse um feixe de lenha. Assim fizemos e todos conseguiram atravessar. Estávamos em cinco, eu, André, Divino, Orlando [Momento] e o Lúcio [Petit]. Atravessamos próximos da moradia de Arlindo Balela [em Bacaba], um morador conhecido por ser fofoqueiro; fomos até sua casa e pedimos para que ele avisasse ao Exército sobre a nossa travessia pela estrada.

Dias depois, ficamos sabendo pelo próprio Arlindo que os militares disseram que havíamos conseguido furar o cerco militar porque tínhamos parte com o diabo e virávamos mosquito. Nós lhe explicamos que isso não era verdade, mas desculpa para a incompetência deles. Para mim, ele não acreditou nem que virávamos mosquito e nem que tínhamos parte com o diabo. Essa era a versão de quem tinha o poder na região, então ele deveria repeti-la. Depois disso, ouvi falar muitas vezes que o Osvaldão virava mosquito. Era frequente ouvirmos dos moradores que o Exército havia estado na casa deles dias antes de nós ou que, depois de nossa visita, o Exército os visitara também. Isso se dava por duas razões: primeira, quando o Exército estava em alguma casa, nós não aparecíamos; segunda, quando os militares sabiam que havíamos visitado alguém, eles iam lá para pressionar o pessoal e obter informações. Os moradores explicavam esse “desencontro” dizendo que os militares fugiam da gente. Em contrapartida, os militares tentavam explicar essa situação com essa história de que virávamos mosquito. Eu achava isso muito engraçado, pois mosquito era o que não faltava na Amazônia! (Almeida, 2013).

Mosquitos representam o “poder mínimo”, a capacidade – beneficiada pelo tamanho – de atingir os suprimentos de um indivíduo (sangue, no caso de algumas espécies) e voar sem ser necessariamente notado. Esses animais também simbolizam o poder de causar incômodos e, com particular relevância neste contexto amazônico, de transmitir doenças que, no limite, podem levar à morte.

A persistência desses mitos femininos nos remete ao desempenho destacado das mulheres na luta armada, o qual compreende-se à luz das transformações por que passou a sociedade nos anos 1960 e 1970, onde o papel tradicional atribuído aos gêneros foi seriamente questionado. Estas transformações não atingiram o Brasil de maneira homogênea; no Pará, os costumes permaneciam atrelados a visões um tanto mais tradicionais do que aquelas que permeavam o espírito intimamente urbano e progressista dos combatentes do PC do B, produzindo uma situação bastante peculiar.

A participação das mulheres na luta armada contra a ditadura se deu, a despeito da composição majoritariamente masculina das organizações de esquerda¹². As militantes de esquerda, entretanto, enfrentaram não somente o autoritarismo, mas a ordem estabelecida no

¹² As guerrilheiras representavam, em média, 18,3% do contingente dos grupos de luta armada urbana, de acordo com os dados referentes aos processados na justiça militar, um percentual acima do número existente nos demais partidos, que chegava a 16% (Ridenti, 1993, p. 197-198).

que se refere aos costumes que impunham o estereótipo da mulher submissa na política e restrita ao espaço privado e doméstico. Elas enfrentaram a ordem vigente em todos os níveis, embora suas reivindicações não tivessem ainda um caráter abertamente feminista. O movimento feminista no Brasil se constituiu enquanto tal em meados dos anos 1970, impulsionado e influenciado, em grande medida, por essas militantes (Teles, 1993, p. 82-102).

Testemunhos coletados para este estudo relataram que as militantes tiveram de enfrentar a discriminação por serem mulheres dentro de suas organizações (cf. Almeida, 2008; Prado, 2009; Santa Cruz, 2009). Algumas mulheres até chegaram a ocupar cargos de direção (Bargieri, 2009). No cotidiano da militância foi possível questionar a divisão das tarefas domésticas, o tabu da virgindade e a monogamia. Não obstante, embora o discurso da igualdade política e social entre os sexos estivesse se disseminando nas esquerdas, no campo das práticas dos militantes havia pouco respeito às diferenças de gênero (Ridenti, 1993, p. 203); foi necessária grande determinação das militantes para questionar o machismo predominante.

Nos grupos guerrilheiros, assim como no Araguaia, apesar das discriminações dos próprios companheiros, várias mulheres, gradualmente, conseguiram se transformar em boas ou excelentes guerrilheiras (cf. Cunha, 2009; Lisboa, 2003), conforme relato de Criméia:

[...] Quando fui para o Araguaia, o João Amazonas [dirigente do PC do B] me disse: “Depende de você a ida de outras mulheres”. Eu respondi: “E se os homens não derem certo? Não vai haver guerrilha, não vai haver luta armada, não vai haver resistência? Porque isso não pode depender de mim; posso não dar certo, mas outras sim. Como você coloca assim?” Ele disfarçou e disse: “Não, é modo de dizer”.

[...] Quando cheguei, senti que não estava sendo muito bem-vinda pelos mais jovens [...]. Lá aprendi a dar tiro, algumas noções militares, orientação na mata, achar o tal do azimute, que era... uma arte complicada [...]. Aprendi a plantar, caçar e [...], basicamente, todos os exercícios de sobrevivência na selva, mas enfrentei resistência dos companheiros, porque eles achavam que a mulher seria um peso para a guerrilha.

Eles não falavam abertamente, mas faziam assim: “Traz esse saco de 60 kg!” Alguns deles conseguiam, mas nem todos. Era óbvio que eu [...] não ia conseguir. Eles diziam com sarcasmo: “Como? Você não é guerrilheira?” Uma vez chegou de barco um carregamento e [...] não tinha mais ninguém. [...] Tive de abrir os sacos e pegar aos poucos e ir levando até a casa. Fiz “trocentas” viagens e, depois, [...] costurei os sacos como se não tivessem sido abertos (Almeida, 2008).

As militantes tiveram de romper com a visão historicamente assentada de que “era mais difícil converter as mulheres em soldados” (Ridenti, 1993, p. 198), muitas vezes, competindo com os homens em pé de igualdade, não obstante as diferenças e dificuldades evidentes:

Entre as guerrilheiras com quem convivi, a Sônia [Lúcia Maria de Souza] era a mais forte e determinada. Ela enfrentava o machismo dos companheiros e fazia questão de competir com os homens em atividades consideradas típicas, tais como carregar peso, derrubar mata com machado (que era muito pesado). Quando ela tinha mais dificuldade para realizar um trabalho braçal, como limpar uma roça, ela se obrigava a produzir a mesma quantidade que os homens mesmo que para isso tivesse de ficar lá até 10 ou 11 horas da noite. E, apesar disso, ela nunca criticava ou humilhava os homens que fizessem menos do que ela. Ela se impunha, inclusive, na região, porque sendo estudante de medicina, ela atuava como bula (aqueles que cuidavam das atividades ligadas à saúde). No geral, com esforço, todas as guerrilheiras conseguiram se adaptar aos trabalhos pesados (Almeida, 2013).

Não obstante as limitações físicas e vicissitudes enfrentadas pelas combatentes relativas à vida na floresta e aos preconceitos de seus companheiros e moradores da região, elas superaram-se e até ajudaram a transformar os costumes locais:

Quando cheguei, a Elza Monnerat (antiga dirigente do PC do B) queria que me vestisse e me comportasse do mesmo modo que as camponesas, ou seja, usar vestido, deixar o cabelo crescer e não portar armas ou facão. E eu recusei, pois isso me deixava muito vulnerável. Normalmente, eu usava calça jeans, camiseta, chinelo de borracha (denominada lambreta), facão e espingarda para ir a qualquer lugar, porque tínhamos que andar muito na mata escura até chegar aos locais de festa. Essas roupas e modos eram considerados “masculinos”. Se algum camponês fazia comentários críticos sobre os meus modos, eu respondia que era tão medrosa quanto eles, ao contrário das mulheres que tinham coragem de andar desarmadas na mata! O irônico é que as camponesas acabaram adotando os nossos costumes e passaram a usar calças debaixo da saia e a portar armas (pelo menos um facão)! (Almeida, 2013).

O reconhecimento do papel das mulheres como combatentes foi ressaltado pelo PC do B, inicialmente,

no *Diário da Guerrilha* (1975), de Arroyo¹³, no qual tornou célebre a guerrilheira Sônia ao descrever sua morte. Em 24 de outubro de 1973, a estudante de Medicina foi emboscada por uma patrulha do Exército, quando tentava encontrar dois guerrilheiros que haviam deixado um adolescente (filho de um lavrador que aderira à guerrilha) perto da estrada para São Domingos. Ferida a tiros num riacho próximo à Grota da Borracheira (Arroyo, 1982, p. 26), ela atingiu o major Lício Maciel e Curió, acertando-os no rosto e no braço, respectivamente. Morreu com o corpo crivado de balas. Por ter ferido gravemente dois oficiais e ser estimada, a notícia de sua morte correu a região e, anos depois, chegou aos livros de história.

A disciplina e dedicação de Sonia e de suas companheiras possibilitaram o bom desempenho das mulheres na guerrilha, evidenciando sua capacidade militar e a envergadura do trabalho político estabelecido com a população, conforme relato de Criméia de Almeida:

As mulheres se tornaram boas guerrilheiras, porque conseguiram se adaptar bem à vida na mata (como era necessário também para os homens) e desenvolveram, razoavelmente, as técnicas militares, tais como atirar bem, orientar-se e sobreviver na selva. Esse tipo de atividade era inteiramente novo para as mulheres, e elas tiveram que se superar para conseguir isso. Elas eram mais abnegadas e disciplinadas. Contribuiu também o fato das guerrilheiras conseguirem ter um bom relacionamento com os homens da região – ao caçar e andar na mata – e ao mesmo tempo ter ótimo relacionamento com as mulheres, aprendendo a tecer, cozinhar alguns pratos típicos e alguns cultivos próprios das mulheres, tais como chás medicinais e temperos em geral (Almeida, 2013).

Um balanço do papel das mulheres na Guerrilha do Araguaia está em construção, objetivo para o qual esta seção acrescenta elementos e ângulos novos. Isto posto, podemos desde já considerar a validade de algumas perspectivas sintéticas: as mulheres tiveram um papel de relevância comparável ao dos homens: ao contrário do modelo bélico e civilizatório tradicional em que às mulheres são designadas as tarefas de manutenção do grupo e administração dos acampamentos, esta foi uma experiência de participação política e militar plena.

A inclusão de mulheres no grupo do PC do B enviado para o sudeste do Pará foi dificultada por questões de gênero (preconceitos), mas facilitada pela grande

determinação com a qual aderiram a esta empreitada. Muitas destas atuações marcaram história.

Militares e a população local foram sensibilizados por sua atuação; grande parte dos mitos da guerrilha pode ser compreendida à luz da necessidade de justificar ou, no caso dos moradores da região, de enaltecer a atuação das guerrilheiras.

A derrota da guerrilha e a permanência dos mitos

A repressão à guerrilha culminou no período que vai de outubro de 1973 a meados de 1974, tendo se estendido até o início de 1975. Ela se caracterizou pelo envolvimento de um substancial efetivo de tropas especiais, em duas fases: a primeira, em que grande parte da população foi encarcerada, de modo a neutralizar a rede de apoio da guerrilha; e a segunda, na qual a região foi vasculhada em profundidade, na busca de guerrilheiros e depósitos.

A noção de “inimigo interno” da Doutrina de Segurança Nacional, com sua peculiar imprecisão e inconsistência, serviu de justificativa para a prisão de grandes contingentes civis em bases militares, que se constituíram em verdadeiros campos de concentração. À generalização da violência seguiu-se a fase de caça e eliminação de todos os guerrilheiros, mesmo quando presos com vida, acompanhada da decapitação de alguns e o desaparecimento dos restos mortais de todos. Restavam na região 56 guerrilheiros (de um total de 69 militantes), sendo que seis eram camponeses que haviam aderido ao movimento. Os combatentes se concentraram nas áreas onde originalmente ficavam os Destacamentos A e B.

A movimentação militar na mata se intensificou, atingindo as áreas de refúgio dos guerrilheiros, os quais decidiram dispersar as famílias de camponeses, dada a impossibilidade de protegê-los (Santos, 2001b).

Em meio a crescentes dificuldades, o comando da guerrilha conseguiu reunir-se no dia 20 de dezembro. Ao reconhecer a magnitude da ofensiva militar, emitiu o que viria a ser o último comunicado dois dias depois. O informe denunciava a repressão generalizada à população e a decisão das Forças Armadas de não fazer prisioneiros. Homenageou os combatentes mortos, ao mesmo tempo em que salientou seu esforço de resguardar forças e “sair do cerco”. Apelava à solidariedade de todos para fazer parar a investida militar, transmitindo otimismo sobre o inconformismo crescente dos camponeses e seu apoio à luta armada (Foguera, 1982, p. 91-2).

¹³ Há pelo menos duas versões do *Relatório Arroyo* ou *Diário da Guerrilha do Araguaia*, o qual é datado de jan. de 1975; cf. Arroyo (1979 e 1982). Sobre as guerrilheiras, v. Arroyo (1979, p. 48-49).

O comando planejou reunir a totalidade dos combatentes no dia 25 de dezembro de 1973 para avaliar a situação. Essa concentração de pessoas deixou muitos rastros que facilitaram sua localização pelas patrulhas das FFAA. Maurício Grabois e mais três guerrilheiros morreram numa emboscada (Arroyo, 1982, p. 28) no morro do Grotão dos Caboclos (local da reunião) (Nossa, 2012, p. 182-83).

Parte dos militantes ainda conseguiu se encontrar no dia 29 de dezembro na área de refúgio do Destacamento A; somavam 25 guerrilheiros. Diante da gravidade da situação, decidiram subdividir-se em grupos de cinco para ganhar agilidade. Manter-se-iam nas áreas mais conhecidas para tentar contato (redobrando os cuidados com a segurança) e reagrupar todos os dispersos. Encontros marcados regularmente até março do ano seguinte serviriam de referência (Arroyo, 1982, p. 29) para tentar escapar ao cerco militar de forma organizada.

Os campos de internamento da população tornaram-se campos de extermínio para os guerrilheiros. A morte de Osvaldão, de acordo com depoimentos de moradores da região, ocorreu em abril de 1974, perto da localidade de São Domingos, próximo à Semana Santa. Ele foi ferido com um tiro de espingarda 22 na barriga, disparado por Piauí, um *bate-pau* contratado pelo Exército. Em seguida, teria sido fuzilado pelos militares. Seu corpo foi dependurado por cordas em um helicóptero que o levou até o acampamento militar de Bacaba e de lá para Xambioá (PA). Seu corpo inerte foi exibido em São Domingos e outros vilarejos, onde soldados gritavam à população: “- Olha aqui o protegido dos espíritos!”, conforme descreveu o jornalista Fernando Portela (2002, p. 64).

Na base militar de Xambioá, seu cadáver foi mutilado por chutes, pedradas e pauladas e, finalmente, queimado e jogado no buraco, chamado de “Vietnam” – vala situada ao final da pista de aterrissagem onde eram jogados os mortos e moribundos (Almeida *et al.*, 2009, p. 573). Uma “operação limpeza” teria levado os restos mortais de vários guerrilheiros para a Serra das Andorinhas em 1975. Ao longo dos anos, outras foram organizadas. Os militares, no entanto, não informam os locais e os nomes dos responsáveis (Nossa, 2012).

Dina e Tuca (Luisa Augusta Garlippe) foram algumas das últimas guerrilheiras a serem presas, vítimas de uma emboscada, em local afastado (tentando sair do cerco militar), delatadas por um *mateiro*, em julho de 1974. Elas foram presas perto de uma ponte sobre o rio Sororó, nas proximidades de Marabá (PA), onde poderiam facilmente

pegar um barco ou seguir até um ponto de ônibus (Nossa, 2012, p. 209-211). A possibilidade de furar o cerco era real, tendo em vista que, em janeiro de 1974, o líder da guerrilha Angelo Arroyo conseguiu sair da região com a ajuda de outro companheiro e chegar a São Paulo, onde divulgou seu “diário da guerrilha”¹⁴.

As histórias dos guerrilheiros Osvaldo e Dina ainda são pouco conhecidas, mas estão parcialmente preservadas pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos e sobreviventes, a despeito do silêncio imposto pelas Forças Armadas sobre o assunto. Osvaldo era mineiro, morou em São Paulo e no Rio de Janeiro antes de ser obrigado a viver na clandestinidade para poder manter sua militância política. Antes, porém, inspirou o escritor tcheco Cytrian Ekwensi a escrever o livro *O homem que parou a cidade*, em 1962, e participou de filmes na antiga Tchecoslováquia (Almeida *et al.*, 2009, p. 572). Alusões a Dina (e demais guerrilheiras), por sua vez, estiveram presentes no filme “Araguaya – conspiração do silêncio” (Duque, 2004) e na novela “Cidadão brasileiro” (Muniz, 2006), veiculada pela TV Record¹⁵.

A associação do guerrilheiro Osvaldo ao cão ou a mosquitos e Dina à pomba e borboletas faz com que o símbolo substitua a pessoa histórica, reforçando suas singularidades e os sentidos de suas ações ou modificando-os, de acordo com aqueles que transmitem e os que recebem a mensagem do mito. Nesse processo, imagens mnésicas tornam-se disponíveis para uma significação, transmitindo experiências e histórias. O mito designa e notifica, faz compreender mas impõe, o que constitui o aspecto transido da fala mítica (Barthes, 1980, p. 139, 146-147).

O mito é constituído do signo – a língua, o significado da história de vida de Osvaldo e Dina – e do significante – a forma como suas histórias são contadas – guerrilheiros que se transformam em animais para esconder-se e combater as Forças Armadas durante a ditadura. O mito precisa de imagens, retiradas da memória, para tentar dar sentido aos acontecimentos, que perdem, em parte, a lembrança de sua produção, mas não sua existência. O mito, assim, retoma seu sentido e, eventualmente, modifica-o, criando outros significados.

Essa ambiguidade, constitutiva da “fala velada”, não manifesta, está na origem do poder mitológico que consideramos neste estudo, o qual é marcado por ambivalências e alegorias de múltiplos sentidos. Entre os moradores da região, existe uma tessitura com mais de um direcionamento relacionado aos mitos guerrilheiros. Se, de um lado, esses mitos representam a violência e

¹⁴ Em dezembro de 1976, Arroyo foi assassinado com outros dirigentes do PC do B, numa emboscada realizada em São Paulo (Almeida *et al.*, 2009, p. 669-76). Para referências sobre o diário, cf. Arroyo (1982).

¹⁵ A novela retratou a Guerrilha do Araguaia e a luta dos familiares dos guerrilheiros desaparecidos. Desenvolvida em quatro fases, desde os anos 1950 até a atualidade, a combatente Eleni morre e sua mãe passa a procurar informações sobre ela. Teresa adere à luta da filha, segue para Angola, onde atua como guerrilheira e morre também.

a imposição da força utilizada pelo Exército, de outro tentam esconder sua incapacidade de combate. Aos que conviveram com os guerrilheiros e até lutaram com eles, o mito aparece como disfarce, como simulação da aquiescência aos militares quando necessário. Aos que estiveram mais distantes da guerrilha, o mito surge para explicar os fatos como normalidade, como uma tentativa de incluir e explicar o incomum nas suas vidas.

Na seção seguinte iremos considerar versões relativamente atuais da Guerrilha do Araguaia, sob uma chave mitológica paralela à das alegorias fantásticas que consideramos acima, permitindo-nos uma compreensão mais ampla da guerrilha e seu legado simbólico.

A mitologia da guerrilha à luz da heroização midiática

Ao longo dos últimos 17 anos, dois programas da Rede Globo trataram do tema da Guerrilha do Araguaia, de maneira direta ou indireta: a novela *Araguaia* (2010-2011) e o programa *Sangue no Araguaia* (1996), que analisaremos nesta seção, dada sua relevância para a compreensão do papel da guerrilha no imaginário da população do país como um todo – e não apenas daqueles que, de alguma maneira, estiveram expostos ao conflito.

Algumas perspectivas acerca do tratamento midiático dos “representantes típicos” da Guerrilha do Araguaia na televisão brasileira são dignas de nota. Estes são, via de regra, personagens idealistas, movidos por paixões altruístas que, em primeiro lugar, tendem a despertar a simpatia imediata do público, mas que se revelam equivocadas pela sua baixa aderência à realidade prática nos mais diversos âmbitos. Essa representação é inaugurada pela Globo, com a veiculação da minissérie *Anos Rebeldes* (1992) e se desenvolve em *Sangue no Araguaia* e na novela da Record, *Cidadão Brasileiro*. A premissa de todos estes programas é a transformação das lutas de resistência contra a ditadura e dos abusos cometidos pelo Estado naquele período em algo palatável.

O programa *Sangue no Araguaia* possui como particularidade o fato de evoluir para uma dicotomia, em que dois encadeamentos possíveis para a trama são levantados e, subsequentemente, votados pelos telespectadores. Deste modo, a parte final do programa tende a refletir a média das posições assumidas pela audiência (dir-se-ia, pelo senso comum) sobre um determinado tema. A natureza do programa naturalmente leva à proposição de narrativas capazes de evoluir para dilemas simplistas, capazes de motivar a audiência, independentemente de seu contato prévio com o assunto. Há de se considerar ainda que a própria perspectiva de uma votação que

determine o desenvolvimento da narrativa traz em seu bojo um tipo de adesão às demandas do público (aquilo que este pode compreender como entretenimento digno de interesse) que favorece abordagens maniqueístas dos mais variados assuntos.

No caso específico em questão, um suposto sobrevivente da Guerrilha do Araguaia escapa vivo, após ser dado como morto pelos militares e abandonado na floresta, quando é salvo por um camponês. Ele retorna ao Rio de Janeiro com identidade falsa, onde vive clandestinamente até o presente. No momento em que o episódio é exibido (1996), a personagem vive no subúrbio carioca e trabalha como motorista de táxi para sustentar mulher e filho. Passa a vida atormentado pelas lembranças da tortura e dos companheiros mortos, quando é assinada a Lei dos Desaparecidos (Brasil, 1995). Começa, então, seu drama de consciência. Vivendo com identidade falsa, não pode exercer sua profissão, a de advogado. A família passa por necessidades, de modo que a mulher e o filho o pressionam para receber os 120 mil de indenização a que teriam direito se ele realmente tivesse morrido, pois seu nome verdadeiro consta na lista dos desaparecidos políticos.

No início, prevalece a fala da consciência do herói abnegado e perdedor, com a qual o público não quer se identificar: “- Eu não posso fazer isso, pela memória dos meus companheiros”, “- Sou um homem de caráter”. Suas falas exprimem uma consciência moral desprovida de sentido político. Sua consciência é confrontada com o pragmatismo, quando sua mulher diz: “- O seu caráter não paga a conta do açougue”, e ele não sabe o que responder. Seu filho reforça: você já sofreu muito, deu seu quinhão pela democracia, tem direito ao dinheiro. No final, o “sim” do público ganhou de 100 mil a 20 mil do “não” e o ex-guerrilheiro aceita que sua esposa receba o dinheiro e resolve viver o resto da vida com nome falso, na clandestinidade.

O fato de termos uma história associada à Guerrilha do Araguaia vertida em dilema moral de estrutura simples e rigorosamente pragmática reflete, como mencionado acima, os determinantes do programa. Ainda assim, é de se ter em vista a perspectiva de que este é o diálogo em que a audiência pode se situar, caracterizando a assunção de alienação histórica sobre os pontos de tensão em jogo no caso dos legados da Guerrilha do Araguaia, tal como consideraremos abaixo.

É mais plausível considerar que a opção de dedicar a vida a uma causa que, em nenhum nível, revertia em vantagens pessoais diretas – mas em sacrifícios e risco de morte iminente – distancia-se do ponto de tensão delineado pelo programa. A este aspecto soma-se o fato de que, pragmaticamente, a ocultação da identidade já não se sugeria como a opção mais vantajosa em 1996, dada a

promulgação da Constituição de 1988¹⁶, relativa à anistia e reparação econômica dos sobreviventes.

Nesse episódio propõe-se a ocorrência de um encontro fortuito entre o ex-guerrilheiro e seu torturador, dentro do táxi daquele. O ex-combatente reconhece seu algoz, o qual passa a acusar pelas barbaridades cometidas. O torturador retruca dizendo: “- O que você queria? Era uma guerra! Cada um fez a sua parte, numa guerra é assim; é matar ou morrer. Você tinha sua verdade e eu a minha, e cada um lutou pela sua verdade”. E assim evolui a história, sem que o abuso de poder representado pela usurpação da liberdade constitucional pelos militares seja, em si, questionado.

A repressão é retratada como parte de um embate dialético, “feroz como se estivéssemos numa guerra”, em oposição ao entendimento de que se tratou do ponto de partida para a escalada de conflitos a que o país assistiu e de um abuso de larga escala contra diversos segmentos da população, baseado em torturas e outras práticas condenáveis. Em flagrante contraste com esta perspectiva, o ex-combatente do programa faz um comentário que parece querer apaziguar ainda mais o espírito do telespectador: “- Naquele tempo as coisas estavam contra mim, agora estão contra você”, tal como se de fato a reparação histórica estivesse em curso no país, com a prisão dos torturadores e o esclarecimento dos crimes da ditadura.

O dilema, então, passa a se insinuar, nas conversas entre o protagonista e sua esposa, e se agrava com o acidente de carro sofrido por ele, impedindo-o de trabalhar com o táxi e de sustentar sua família: será que ele deve se manter na clandestinidade (ocultando seu nome verdadeiro e a chance do testemunho e atuação política reparatória) para receber uma indenização do Estado?

No final do Você Decide, a família não celebra a democracia, mas o carro novo que poderão comprar com a reparação do Estado aos abusos militares. Este é o mito. [...] É nesta ideia que o programa sustenta sua argumentação e conduz a votação para o “sim”. [...] O enunciado televisivo de que “já estamos numa democracia” dispensa efetivamente a participação cotidiana dos cidadãos na política: o cidadão dado por morto, no limite, não precisa nem votar, certo? Assim, a mídia fala em democracia, hoje, de modo a nos apartar totalmente do passado (Kehl, 2001, p. 231-233).

A história, enfim, é sobre o valor comparativo da memória legítima e das possibilidades de atuação que se abrem a partir dela em oposição à apropriação de um pequeno montante que poderá satisfazer demandas comezinhas, imediatas. A mídia, representada pela dra-

maturgia da Rede Globo em sua interface mais popular, coloca em jogo uma situação que esvazia as grandes questões envolvendo o legado da Guerrilha do Araguaia: o resgate da experiência, a compreensão dos determinantes históricos que levaram à sua eclosão e desenrolar; a inclusão dos esforços e vidas empenhados na memória social do país; a proposição de mecanismos institucionais capazes de garantir que o Estado nacional seja depurado das estruturas repressivas (p. ex., órgãos de informação; processos sigilosos, comunicação restrita de assuntos sensíveis aos militares) e dos agentes envolvidos em torturas e assassinatos; entre outras questões de relevo.

Desde *Anos Rebeldes*, este passado de militância política diz respeito a pessoas bem intencionadas mas equivocadas. As esquerdas são representadas como um grupo de heróis inofensivos, a despeito de seus impulsos revolucionários. De modo geral, a mídia brasileira abriu espaço para tratar disso, emplacando sucessos de audiência, ao mesmo tempo em que esvaziou o sentido histórico da guerrilha e das esquerdas revolucionárias, contribuindo para um afastamento social amplo da busca pela restituição factual e do sentido deste passado recente.

A mitologia do Araguaia ganha contornos bastante diversos daquele que visitamos nas seções anteriores, nas quais tratamos do universo fantástico constituído na região dos combates. Na chave midiática, o fantástico é substituído pela trama com tintas de conflito político – na qual se desvelam “míticos heróis”, sem conexão com a *práxis* – e que serve de pano de fundo para a introdução de outras tantas personagens movidas por questões situadas em um tempo – a contemporaneidade da narrativa – que já não é o da guerrilha (especialmente nos programas da TV Globo).

Considerações finais

A Guerrilha do Araguaia desenvolveu-se em um verdadeiro repositório de lendas – a floresta amazônica. Conforme argumentamos, a origem de representações imaginárias, de caráter mitológico, compiladas em entrevistas com participantes do movimento e com camponeses, relaciona-se profundamente com a maneira como a guerrilha foi gestada e combatida e com o silêncio que a ela se seguiu, o que levou a implicações na disseminação destes mitos até a atualidade.

Ao resgatar os mitos guerrilheiros do período, temos reflexões que se propõem a expandir a compreensão sobre a guerrilha e seu universo simbólico, forjado na relação com a população local e a partir da disseminação da violência repressiva.

¹⁶ Cf. art. 8º dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias e as leis que o regulamentaram.

As histórias contadas de guerrilheiros que se transformam em animais (protegidos por espíritos da Amazônia) para esconder-se e combater as Forças Armadas durante a ditadura sustentam os mitos. Estes retomam sentidos e, eventualmente, modificam-nos, criando outros significados. Esta ambiguidade, constitutiva da “fala velada”, está na origem do poder mitológico que consideramos neste estudo, o qual é marcado por sentidos dúbios e alegorias cuja interpretação pode dar margem a conclusões desprovidas de elos com os fatos e a discussão que se trava nos meios em que se posicionam aqueles que estão empenhados em reconstituí-los.

Se de um lado esses mitos foram instrumentalizados pelo esforço de lidar com a violência e a força repressiva dos militares, de outro serviram para resguardá-los da exposição de seus fracassos ante o pequeno grupo de combatentes do PC do B. Aos que conviveram com os guerrilheiros ou lutaram com eles, o mito aparece como simulação da aquiescência aos militares. Finalmente, os moradores da região que se mantiveram mais distantes da guerrilha parecem ter apreendido estes mitos como tentativas de incluir e explicar o incomum nas suas vidas.

Estes mitos foram timidamente revisitados durante os últimos 30 anos, à luz dos esforços voltados à restituição factual da guerrilha. A autora deste artigo esteve presente em dois momentos-chave do processo de investigação dos ocorridos na região (1996: escavações e investigações; 2001: busca de ossadas e investigações, em parceria com o MPF), ocasiões nas quais pôde explorar um pouco as memórias da população local exposta aos conflitos.

A presença de notórias zonas de silêncio acerca dos ocorridos permite uma contraposição oportuna em relação ao tratamento concedido ao legado do período ditatorial de outros países latino-americanos. Ao passo que o Brasil se mantém como modelo de impunidade e atraso na promoção de uma política de reconstituição factual dos crimes da ditadura, Argentina, Chile e Uruguai assistem ao desenvolvimento de esforços sistemáticos para a circunscrição factual dos crimes das ditaduras, com punição dos responsáveis principais.

O papel da mídia brasileira neste processo de “alienação dos fatos” é ambíguo em diversos sentidos, conforme pudemos considerar. Não obstante, surge como característica marcante do nosso processo histórico o fato de novelas e programas especiais claramente preocupados com a geração de audiência – e, tanto menos, com a produção de consciência crítica – servirem de vetores principais para o conhecimento público da Guerrilha do Araguaia. Assiste-se, assim, ao esvaziamento da formação de uma opinião pública engajada e da exploração de estratégias voltadas à preservação do Estado democrático

e defesa dos direitos humanos por meio de dispositivos simbólicos e jurídicos.

Referências

- ALMEIDA, C.A.S. de. 2008. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. Arquivo Audiovisual de Presos Políticos (AAPP). São Paulo, Diversitas-USP/Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)-Unicamp, 7, 12 e 19 dez. 2008.
- ALMEIDA, C.A.S. 2013. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. São Paulo, 15 dez. 2013.
- ALMEIDA, C.; LISBÔA, S.; TELES, J.; TELES, M.A. (orgs.). 2009. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, IEVE/Imprensa Oficial, 772 p.
- ARROYO, A. 1979. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. 2ª ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 80 p.
- ARROYO, A. 1982. Relatório sobre a luta no Araguaia. Transcrito do jornal *A Classe Operária*, n. 112, jan. 1977. In: *Guerrilha do Araguaia (1972-1982)*, São Paulo, Anita Garibaldi, p. 16-29.
- BACHELARD, G. 2001. *A terra e os devaneios da vontade: ensaios sobre as imagens da intimidade*. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 317 p.
- BARGIERI, B. 2009. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. São Paulo, AAPP, Diversitas-USP/AEL-Unicamp, 18 mai. 2009.
- BARTHES, R. 1980. *Mitologias*. 4ª ed., São Paulo, Difel, 256 p.
- BRASIL. 1995. Lei dos Desaparecidos. Lei nº 9.140, de 04 dez. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm. Acesso em: 04/09/2014.
- BUARQUE, S.; CARELLI, V.; DÓRIA, P.; SAUTCHUK, J. 1978. *História imediata: a Guerrilha do Araguaia*, nº 1. São Paulo, Alfa-Ômega, 80 p.
- BUARQUE, S. 1978. Operação Araguaia. *Coojournal*, nº 30, jul. 1978.
- CABRAL, P.C. 1993. *Xambioá: Guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro, Record, 324 p.
- CAMPOS FILHO, R.P. 1997. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, UFG, 241 p.
- CARNEIRO, D. 2010. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. São Paulo, AAPP, Diversitas-USP/AEL-Unicamp, 24 e 25 jun. 2010.
- CARVALHO, D.J. de. 2010. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. São Paulo, AAPP, Diversitas-USP/AEL-Unicamp, 29 jun. 2010.
- CASTRO, E. 2007. *Guerrilha do Araguaia – As Faces Ocultas da História*. Documentário. Duração: 55 min.
- COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (CEMDP). 2007. *Direito à memória e à verdade*. Brasília, SEDH da Presidência da República, 500 p.
- COSTA, D.A. 2001. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. Recife, 10 jan. 2001.
- CUNHA, C.A.L. 2009. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. São Paulo, AAPP, Diversitas-USP/AEL-Unicamp, 05 mai. e 17 set. 2009.
- D'ARAÚJO, M.C.; SOARES, G.A.D.; CASTRO, C. (orgs.). 1994. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 328 p.
- DUQUE, R. 2004. *Araguaya – A Conspiração do Silêncio*. Filme. Duração: 75 min.
- FERNANDES, V. 2010. *Camponeses do Araguaia: A Guerrilha Vista Por Dentro*. Documentário. Duração: 73 min.
- FERRETTI, M. 2001. *Encantaria de Barba Soeira: Codó, capital da magia negra?* São Paulo, Siciliano, 202 p.

- FONTELES FILHO, P.; MEDEIROS, E. 2013. *Araguaia: Campo Sagrado*. Documentário. Duração: 54 min.
- FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA (FOGUERA). 1982 [22 dez. 1973]. Comunicado no. 8 das Forças Guerrilheiras do Araguaia. In: *Guerrilha do Araguaia (1972-1982)*, São Paulo, Anita Garibaldi, p. 91-92.
- GONZAGA JR., H. 1972. Em Xambioá, a luta é contra guerrilheiros e atraso. *O Estado de S. Paulo*, 25 set. 1972, p. 27.
- GRABOIS, V. 2005. Entrevista concedida a Janaina de A. Teles. Rio de Janeiro, 04 fev. 2005.
- IBIAPINA, D. 1998. *Palestina do Norte: O Araguaia passa por aqui*. Documentário. Duração: 15 min.
- KEHL, M.R. 2001. Sangue no Araguaia: a fala roubada de Você decide. In: J. TELES, *Mortos e desaparecidos políticos: reparação e impunidade?* 2ª ed., São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, p. 227-236.
- LIMA, P. 2012. *Tocantins Terra Marcada*. Documentário. Duração: 70 min.
- LISBÔA, S.K. 2003. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. Rio de Janeiro, 10 e 11 fev. 2003.
- LISBOA, M.A. de F.; GARCIA, E.R. 2009. *Diário do treinamento na China e da guerrilha*. Disponível em: <http://betinoduarte.blogspot.com.br/2010/01/guerrilha-do-araguaia.html>. Acesso em: 05/01/2013.
- MARTINS, P.R. 2009. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. São Paulo, AAPP, Diversitas-USP/AEL-Unicamp, 27 nov. 2009.
- MERLEAU-PONTY, M. 1996. *Fenomenologia da percepção*. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 662 p.
- MORAIS, T.; SILVA, E. 2005. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo, Geração Editorial, 656 p.
- MUNIZ, L.C. 2006. *Cidadão Brasileiro*. Novela da Rede Record.
- NEGRÃO, W. 2011. *Araguaia*. Novela da Rede Globo.
- NOSSA, L.; SAMPAIO, D. 2004. Curió rompe silêncio e fala sobre mortes no Araguaia: eliminação dos dois líderes foi definida em reunião do Alto Comando. *O Estado de S. Paulo*, 04 mar. 2004, p. 07.
- NOSSA, L. 2012. *Mata: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo, Companhia das Letras, 443 p.
- PORTELA, F. 2002. *Guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. 2ª ed., São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 322 p.
- PRADO, I.A. 2009. Entrevista concedida a Janaina de A. Teles. São Paulo, AAPP, Diversitas-USP/AEL-Unicamp, 18 set. 2009.
- RIBEIRO, D. 1982. *Os índios e a civilização – a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 4ª ed., Petrópolis, Vozes, 559 p.
- RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993, 284 p.
- ROHTER, L. 2008. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. Rio de Janeiro, 08 mar. 2008.
- SADER, R. 1990. Lutas e imaginário camponês. *Revista de Sociologia da USP*, 2(1):115-125.
- SANTA CRUZ, R. de O. 2009. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. São Paulo, AAPP, Diversitas-USP/AEL-Unicamp, 08 mai. 2009.
- SANTOS, L.M. dos. 2001b. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. Taboão, município de Brejo Grande, 06 jul. 2001.
- SANTOS, R.N. dos (Peixinho). 2001a. Entrevista concedida a Janaina de A. Teles. São Domingos do Araguaia, 15 jul. 2001.
- SILVA, P.M. 2001. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. São Domingos do Araguaia, 05 jul. 2001.
- STUDART, H. 2006. *A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 384 p.
- TELES, J. de A. 2005. *Os berdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por "verdade e justiça" no Brasil*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 282 p.
- TELES, J. de A. 2011. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 519 p.
- TELES, M.A. de A. 1993. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 181 p.
- TORRES, S. 2009. DNA identifica segundo corpo de guerrilheiro morto no Araguaia. *Folha de S. Paulo*, 07 jul. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u591960.shtml>. Acesso em: 15/02/2013.
- TORRES, S. 2010. Órfã pode ser filha de guerrilheiro desaparecido no Araguaia. *Folha de S. Paulo*, 22 maio 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2205201022.htm>. Acesso em: 13/02/2013.
- VELOSO, M.R.R. 1996. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. São Domingos do Araguaia, 26 jul. 1996.
- VIEIRA, J.A. 2001. Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. São Domingos do Araguaia, 21 jul. 2001.
- VOCÊ DECIDE. 1996. *Sangue no Araguaia*. TV Globo, 23 out. 1996. Tema: Marcos Menezes. Roteiro: Ana Maria Nunes.

Submetido: 19/09/2014

Aceito: 02/10/2014